

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.367 - PE (2019/0301992-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
REQUERENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS E OUTRO(S) -
PE028240
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR - PE039060
REQUERIDO : NIVALDO SEVERINO DO NASCIMENTO
REQUERIDO : ERNANDES OTAVIO DE ARAUJO
REQUERIDO : VALDILENE FERREIRA DE MELO
REQUERIDO : SEVERINA BARBOSA MONTEIRO
REQUERIDO : MARIA JOSE DE SANTANA CORREIA
REQUERIDO : MONICA BARBOSA MONTEIRO DA SILVA
REQUERIDO : TEREZA ALCANTARA DOS SANTOS
REQUERIDO : JACIRA JOSEFA DA SILVA
REQUERIDO : MARIA DO SOCORRO DA SILVA GADELHA
REQUERIDO : ELIANE GOMES DE ANDRADE
REQUERIDO : SALOMAO ASSUNCAO DE LIMA
REQUERIDO : JOSEFA AMELIA DA SILVA
REQUERIDO : CLENIA MARIA DA SILVA
REQUERIDO : CIRLENE DE LIMA DIAS
REQUERIDO : MARIA JOSE DE OLIVEIRA MARINHO
REQUERIDO : ADELMAR DOS SANTOS ALLELUIA
REQUERIDO : ROSA FERNANDES DOS SANTOS
REQUERIDO : LUZINETE MARIA DA SILVA
REQUERIDO : JOSE RODRIGUES DA SILVA
REQUERIDO : EDILENE MARIA MACIEL
REQUERIDO : TEREZA CRISTINA DE MIRANDA
REQUERIDO : DORALICE PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO : MARIA JOSE ALVES
REQUERIDO : TANIA DA SILVA DUARTE
REQUERIDO : LUCIA GUIMARAES DE FRANCA SANTANA
REQUERIDO : EDINEIDE HOMERO DE ARAUJO
REQUERIDO : MARIA PEREIRA FREITAS
REQUERIDO : IVANIZE LIMA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : DANIELLE TORRES SILVA BRUNO - PE018393
GUILHERME VEIGA CHAVES E OUTRO(S) - PE021403
MANOEL ANTÔNIO BRUNO NETO - PE000676

DECISÃO

Esta medida de urgência foi requerida por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A (SUL AMÉRICA) objetivando, conforme consta da própria petição apresentada, a concessão de liminar *para conferir*

Superior Tribunal de Justiça

efeito suspensivo ao recurso interposto no processo nº 0001422- 41.2009.8.17.0100 (445395-4) em face do julgamento realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos autos do processo em que contende com ERNANDES OTAVIO DE ARAUJO E OUTROS (e-STJ, fl. 4).

O juízo de primeiro grau indeferiu pedido de remessa do feito à Justiça Federal requerida pela SUL AMÉRICA.

O recurso especial foi manejado contra o acórdão que, julgando apelação manejada, negou provimento ao pedido formulado pela seguradora.

SUL AMÉRICA alegou agora, em suma, que após a promulgação da Lei nº 13.000/2014 não existe julgamento desta Corte realizado sob o regime dos recursos repetitivos, motivo pelo qual entende ser obrigatória a intervenção da Caixa Econômica Federal nesta ação como representante do FCVS, o que deslocará a competência para a Justiça Federal.

Formulou, então, pedido liminar para que fosse determinado o efeito suspensivo postulado.

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

Frise-se, inicialmente, que a concessão de tutela antecipada condiciona-se à existência dos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*. Assim, quando presentes ambos os requisitos, que são fundamentais, não há dúvidas em que se conceda liminarmente a medida cautelar.

Ao caso, entretanto, faltam os elementos exigidos para o acolhimento da medida pleiteada.

Na hipótese dos autos o especial **não** foi admitido na origem, tendo sido interposto agravo em recurso especial que nem sequer chegou a esta Corte.

Há no Superior Tribunal de Justiça, para casos assim, o firme entendimento de que apenas com a admissão do especial é que se inaugura a jurisdição desta Corte, não bastando, para tanto, a interposição do agravo em recurso especial.

Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PLEITO PARA CONCESSÃO DE ORDEM LIMINAR. MEDIDA CAUTELAR. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO DE RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO. DOCUMENTOS PROVENIENTES DE PROCESSO

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE NÃO ATACA O FUNDAMENTO CONDUTOR DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. NÃO CONFIGURAÇÃO DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA.

.....

...

3. A impossibilidade de concessão de excepcional efeito suspensivo a agravo de instrumento que pretende destrancar a subida de recurso especial inadmitido pela instância de origem é assente no Superior Tribunal de Justiça. Esta Corte perfilha entendimento segundo o qual o juízo positivo de admissão do apelo nobre pelo Tribunal a quo é que inaugura a jurisdição do STJ. Dessarte, a simples interposição de agravo de instrumento não supera o óbice da inadmissão do recurso especial pela instância 'a quo' (Precedentes: AgRg na MC 13.655 – RO, Relatora Ministro Denise Arruda, Primeira Turma, DJ de 5 de maio de 2008 e EDcl no AgRg na MC 9.129 - SP, Relator Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ de 28 de março de 2005).

.....

...

(AgRg na MC nº 15.015, Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 2/4/2009 - com destaque no original).

Somente em situações excepcionais é possível a concessão de efeito suspensivo a recurso especial não admitido pelo Tribunal de origem e, mesmo assim, apenas quando demonstrada a probabilidade de êxito do recurso, o risco de perecimento de direito ou teratologia no acórdão impugnado, o que, nos estreitos limites deste exame, não se vislumbra, de plano, neste caso.

Na hipótese dos autos, a Corte estadual deixou consignado, ao negar provimento a apelação que não ficou demonstrado o comprometimento do FCVS, com risco de atingimento da reserva técnica do FESA, o que serviu para afastar o interesse da Caixa Econômica Federal.

Assim sendo, o sinal do bom direito não se apresenta evidente ou cristalino, como exige a excepcionalidade da situação.

Relativamente ao perigo na demora, os argumentos apresentados por SUL AMÉRICA de que existe risco para o patrimônio da seguradora que poderá vir a desembolsar vultosos valores que, uma vez levantados, não serão recebidos de volta, além de ficar à mercê de prazos administrativos da Caixa Econômica Federal para o reembolso da condenação, além de não refletirem ameaça concreta, restringiram-se apenas ao campo das simples suposições, o que não é de molde a permitir a suspensão do feito.

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, estando ausentes os pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO FORMULADO**. Em consequência, **EXTINGO O PROCESSO**, a teor do disposto no art. 485, IV do NCPC e art. 34, inciso XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Abreu e Lima (Processo nº 0001422-41.2009.8.17.0100).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR

